



AUDITORIA E CONSULTORIA

Auditoria | Impostos | Consultoria | Riscos - Agilidade | Credibilidade | Parceria | Solução

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
Com o relatório do auditor independente

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	03
Balanço patrimonial passivo.....	08
Demonstrações dos resultados	09
Demonstrações dos resultados abrangentes.	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretoria
Federação Paulista de Judô
São Paulo – SP

Opinião

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Federação Paulista de Judô (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras da Federação Paulista de Judô pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para Abstenção de Opinião

- ***Limitações sobre os saldos iniciais e efeitos nas demonstrações financeiras:***

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e conseqüentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso, não nos foi possível obter evidências sobre as limitações de escopo de auditoria dos saldos iniciais, desta forma, não sendo possível assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

- ***Limitações sobre os saldos iniciais e efeitos nas demonstrações financeiras:***

A **Federação Paulista de Judô** realizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 auditoria das demonstrações financeiras, como resultado foram identificados ajustes no montante de R\$ 140.278, porém em decorrência dos controles apresentados, não foi possível identificar e retroagir possíveis efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

- **Ativo Imobilizado:**

- a. Deficiência de controles internos sobre os bens do imobilizado**

Embora solicitado, não nos foi apresentado a devida conciliação e. ou composição de saldo necessários para podermos auditá-los em 31 de dezembro de 2020.

- b. Ausência de depreciação do imóvel (casa) onde fica localizada a sede da entidade, no bairro da Água Branca-SP**

Esse imóvel não vem sendo depreciado por um longos anos, e ainda inexistente a segregação técnica e contábil do valor das construções, o que nos impossibilita de estimarmos o valor da depreciação acumulada retroativa e a computada no exercício corrente.

- c. Arena Olímpica (localizada em São Bernardo do Campo), de propriedade da prefeitura**

Em 31/12/2020 essa Arena está demonstrada por R\$272.400. Conforme informações não auditadas recebidas da administração da entidade esse valor refere-se a gastos com manutenção que não fora amortizado à despesa pelo regime de competência.

- **Ausência de provisão de férias e respectivos encargos sociais previdenciários:**

A entidade não registrou nas demonstrações financeiras a provisão de férias e seus respectivos encargos, o que deveria ter sido efetuada nos termos legais e práticas contábeis vigentes. Sendo assim, essas férias são levadas ao resultado do exercício pelo regime de caixa e não pelo regime contábil da competência, afetando diretamente o resultado da entidade.

- **Provisão para contingências:**

Até da data de conclusão dos nossos trabalhos a administração da entidade não nos apresentou as documentações e avaliações dos seus assessores jurídicos. Em adicional, conforme requerido pelo Seção 21 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a Sociedade deve divulgar, para cada classe de provisão as movimentações ocorridas durante o exercício, quais sejam: valor contábil no início e no final do exercício, provisões adicionais, valores utilizados, valores não utilizados, causas possíveis de perda, etc. As notas explicativas às demonstrações financeiras não divulgam integralmente essas informações. Em decorrência desses assuntos, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes no saldo da provisão para contingências e nas informações divulgadas em nota explicativa em 31 de dezembro de 2020, assim como nos demais elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

- **Receitas e despesas:**

Em decorrência dos assuntos mencionados nos tópicos acima, não foi possível concluirmos sobre possíveis efeitos no resultado do exercício da entidade em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração completa das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras completas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis como identificadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos, quando a documentação nos foi fornecida, pela administração a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos, que inclusive nos determinaram uma abstenção de opinião para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 14 de junho de 2024.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDO

Balanço Patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
			(não auditado)				(não auditado)
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	971.390	275.103	Obrigações trabalhistas e tributárias	6	56.411	40.442
Contas a receber	4	158.536	72.900	Outras contas a pagar	7	25.319	62.823
Outros créditos	-	778	778	Total do passivo circulante		81.730	103.265
Total do ativo circulante		1.130.704	348.781				
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Outros créditos	-	184	184	Patrimônio Social	8.1	1.751.601	1.751.601
Imobilizado	5			Superávit acumulado	8.1	484.103	-250.429
Total do ativo não circulante		1.186.546	1.255.472			2.235.704	1.501.172
Total do ativo		2.317.434	1.604.437	Total do passivo e patrimônio líquido		2.317.434	1.604.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDO

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> <u>(não auditado)</u>
Receitas Operacionais			
Receitas operacionais líquidas	9	3.352.302	5.317.973
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	10	(2.582.454)	(5.264.014)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		769.848	53.959
Receitas e despesas financeiras	11	(35.316)	(69.986)
(Deficit) superávit do exercício		734.532	(16.027)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDO

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
(Deficit) / superávit do exercício	734.532	(16.027)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>734.532</u>	<u>(16.027)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDO

Demonstrações das mutações do (déficit) / superávit
Em reais (R\$)

	<u>Notas</u>	<u>Patrimonio Social</u>	<u>Superávit acum.</u>	<u>Superávit/ Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	<u>1.751.601</u>	<u>(234.402)</u>	<u>-</u>	<u>2.409.193</u>
Déficit do exercício	-	-	-	(16.027)	(16.027)
Incorporação do déficit ao patrimônio social	-	-	(16.027)	16.027	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	-	<u>1.751.601</u>	<u>(250.429)</u>	<u>-</u>	<u>1.501.172</u>
Superávit do exercício	-	-	-	734.532	734.532
Incorporação do superávit ao patrimônio social	-	-	734.532	(734.532)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	<u>1.751.601</u>	<u>484.103</u>	<u>-</u>	<u>2.235.704</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDO

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	2020	2019 (não auditado)
Das atividades operacionais		
Superávit / Déficit do exercício	734.532	(16.027)
	734.532	(16.027)
Varição em ativos e passivos operacionais		
(Aumento)/redução nas contas de ativo		
Contas a receber	(85.636)	38.599
Impostos a recuperar	-	(716)
	648.896	21.856
Aumento/(redução) nas contas de passivos		
Obrigações trabalhistas e tributárias	15.969	5.674
Outras contas a pagar	(37.504)	(27.009)
Receita antecipada	-	(127.881)
	(21.535)	(149.216)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	627.361	(127.360)
Atividades de investimento		
Movimentação do ativo imobilizado	68.926	(27)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	696.287	(127.387)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	275.103	402.490
No fim do exercício	971.390	275.103
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	696.287	(127.387)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Expresso em reais - R\$) – Exceto quando indicado em outra forma

1. Contexto operacional

A Federação Paulista de Judô, é uma associação sem fins lucrativos, de caráter desportivo, e, tem como objetivo coordenar e organizar todos os aspectos relativos à prática e a gestão da modalidade de Judô no Estado de São Paulo, bem como representar a respectiva modalidade para todos os fins perante toda pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado.

2. Base de apresentação e resumo das principais práticas contábeis

Declaração de conformidade (Norma Contábil Brasileira)

As demonstrações financeiras da Associação foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”) e a interpretação ITG 2002 (R1) – “Entidade sem Finalidade de Lucros”, e estão apresentadas em reais (R\$), sendo está a moeda funcional da Associação. A Associação aplicou as práticas contábeis definidas na Nota Explicativa no 2.3 em todos os exercícios apresentados.

Principais fontes de julgamento e estimativas

Na aplicação das práticas contábeis pela Federação descritas na Nota Explicativa no 2.3, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil e do valor residual do ativo imobilizado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para riscos fiscais, trabalhistas e previdenciários. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas anualmente.

Descrição das principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

As contas correntes bancárias da Federação Paulista de Judô (FPJ) estão divididas entre tesouraria e delegacias. Onde as contas da Tesouraria são administradas pela própria FPJ e das delegacias por suas respectivas Delegacias Regionais. As contas são em sua maioria com aplicação automática do saldo em conta corrente. Os saldos das Delegacias Regionais são transferidos para a FPJ, de forma a manter saldo suficiente para cobrir eventos em andamento ou as despesas fixas.

b) Contas a Receber

A elaboração da carteira de cobrança é gerada alguns meses antes do final do exercício. Os boletos referem-se a anuidades das Associações com vencimento para o exercício seguinte. É concedido um desconto para as anuidades liquidadas antes do prazo previsto, fortalecendo assim o fluxo de caixa para período sem eventos desportivos no início do próximo exercício.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Expresso em reais - R\$) – Exceto quando indicado em outra forma

c) Imobilizado líquido

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas do imobilizado.

d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e previdenciários

Reconhecida no balanço quando a Federação possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

f) Apuração do superávit ou déficit do exercício

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, sendo a receita mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, quando esta puder ser confiavelmente mensurada e reconhecida no momento da efetiva realização dos eventos realizados pela Federação. Entretanto, devido à sua natureza, as anuidades dos associados somente são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

g) Instrumentos financeiros básicos

Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Em 31 de dezembro de 2020, no caso da Federação, compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos.

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2020, no caso da Federação, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Expresso em reais - R\$) – Exceto quando indicado em outra forma

h) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Associação faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. O item que usualmente requer estimativa é a avaliação da vida útil estimada do imobilizado.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Associação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Reconhecimento das receitas e despesas**

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

i) Imposto de renda, contribuição social e demais impostos e contribuições

A Federação Paulista de Judô é uma entidade sem fins lucrativos, usufruindo, dessa forma, de isenção tributária, que assegura o não pagamento/não recolhimento dos seguintes impostos e contribuições: (a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ; (b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; (c) Programa de Integração Social - PIS sobre o faturamento; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre as receitas derivadas de atividades próprias da associação.

j) Voluntariado

Conforme requerido pela Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, emitida pelo CFC, a Federação deve mensurar e divulgar uma estimativa de quanto seria o valor justo da prestação do serviço de trabalho voluntário caso tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019 (não auditado)
Caixa	13.227	2.204
Bancos conta movimento	76.757	135.419
Aplicações financeiras	881.406	137.468
	971.390	275.091

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Expresso em reais - R\$) – Exceto quando indicado em outra forma

4. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o saldo do contas a receber estava assim composto:

Descrição	2020	2019 (não auditado)
Cobrança Bancária (a)	41.249	-
Cheques a receber	31.944	6.283
Adiantamento de férias	2.579	5.195
Adiantamento de numerários	82.764	36.667
Cheques a compensar	-	355
Outros adiantamentos	-	24.400
Total	158.536	72.900

(a) Refere-se a carteira de cobranças de anuidades das associações com vencimento para o exercício seguinte.

5. Imobilizado

Descrição	2020	2019 (não auditado)
Prédios e Terrenos	274.192	274.192
Veículos	29.000	42.700
Material de competição	404.163	404.163
Móveis e utensílios	234.580	234.580
Instalações	27.409	27.409
Outros (a)	272.401	272.400
Depreciação / amortização acumulada	(55.199)	28
	1.186.546	1.255.472

(a) Investimento realizado em Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, para recuperação de ginásio para utilização de área de treinamento (Arena Olímpica).

6. Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	2020	2019 (não auditado)
Salários a pagar	37.580	19.558
13º Salário a pagar	3.713	-
INSS a pagar	8.684	11.167
FGTS a pagar	1.407	3.348
Contribuições	3.891	3.892
IR/ Fonte a recolher	883	1.842
PIS a recolher	253	581
ISS a recolher	-	54
	52.699	40.442

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Expresso em reais - R\$) – Exceto quando indicado em outra forma

7. Outras contas a pagar

Descrição	2020	2019 (não auditado)
Fornecedores	17.205	17.667
Outras Contas a pagar	8.114	15.238
Cheques a compensar	-	29.918
	25.319	62.823

8. Patrimônio Social

Patrimonio Social

Compreende o patrimônio social inicial acrescido/diminuído dos valores dos superávits e déficits ocorridos. A “Federação” é uma Entidade sem fins lucrativos, não distribui lucros a qualquer título ou forma.

9. Receitas Operacionais Líquidas

Refere-se as receitas de entidades esportivas, atletas, credenciamento técnico, graduação, módulos e doações.

Descrição	2020	2019 (não auditado)
Entidades esportivas	323.173	332.967
Atletas	1.445.120	3.329.593
Promoção de graduação	1.167.506	410.235
Treinamentos para Atletas	151.517	476.762
Transferência de atletas	77.969	115.717
Patrocínios	152.429	95.574
Doações	-	464.620
Outras Receitas	34.588	92.505
	3.352.302	5.317.972

10. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2020	2019 (não auditado)
Gastos com pessoal	(430.296)	(609.085)
Gastos Fixos	(141.080)	(160.140)
Gastos de manutenção	(604.914)	(940.759)
Serviços de terceiros	(353.405)	(608.346)
Despesa Tributária	(36.222)	(47.707)
Treinamentos e Cursos	(170.079)	(210.509)
Gastos em competições	(545.756)	(2.046.148)
Projetos	(201.212)	(545.866)
Gastos em reunião e Assembléia Geral	(22.016)	(16.807)
Gastos com representação	(61.775)	(78.647)
Outras despesas	(13.700)	-
	(2.582.454)	(5.624.014)

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Expresso em reais - R\$) – Exceto quando indicado em outra forma

11. Despesas e receitas financeiras

Descrição	2020	2019 (não auditado)
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(63.140)	(71.301)
Receitas financeiras		
Rendimento de Aplicação financeira	27.824	1.315
Resultado financeiro	(35.316)	(69.986)

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Federação. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Federação.

A Federação possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento da operação.

A Federação possui os seguintes ativos e passivos financeiros:

	2020	2019 (não auditado)
Ativo financeiros - classificados como custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	971.390	275.103
Contas a receber	158.536	72.900
	1.129.926	348.003
Passivos financeiros:		
Outras contas a pagar	25.319	62.823
	25.319	62.823

A Administração da Federação é da opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Expresso em reais - R\$) – Exceto quando indicado em outra forma

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado.

Os principais riscos financeiros aos quais a Federação está exposta na condução de suas atividades são:

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros.

A Federação adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de crédito

A Federação considera o nível de risco de crédito a que está sujeito no curso de suas atividades. A seletividade de seus clientes é a ação realizada para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas a contas a receber.

No que diz respeito às disponibilidades, a administração tem como política trabalhar com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

Risco de liquidez

É o risco em que a Federação possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração da Federação busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Risco de taxas de juros

Decorre de a possibilidade da Sociedade incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do Certificado de Depósitos Interbancário – CDI.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Expresso em reais - R\$) – Exceto quando indicado em outra forma

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Federação e de fatores externos, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

13. Imunidades tributárias

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Fundação é isenta do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 63.880 de 20/12/68, artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

(b) PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Fundação está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

(c) COFINS sobre outras receitas

O imposto é apurado e recolhido sobre a totalidade das receitas auferidas de acordo com a Lei nº 9.718/1998.

(d) Isenções

Em atendimento ao parágrafo único, artigo 4º do Decreto nº 2.536 de 07/04/98, a Entidade declara não possuir isenções previdenciárias.

14. Provisão para contingências

A Federação é parte (polo passivo) em ações judiciais e administrativas, decorrentes do curso normal das operações.

Respaldação pela representação de seus assessores jurídicos, a Administração da Fundação não tem conhecimento de contingências trabalhistas, cíveis ou fiscais, bem como de outras naturezas, que requeiram a constituição de provisão para futura perda.

15. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Expresso em reais - R\$) – Exceto quando indicado em outra forma

16. Serviços Voluntários

Os serviços voluntários referem-se a reembolso a voluntários de despesas com deslocamento e alimentação à árbitros, oficiais técnicos e coordenadores pelo trabalho voluntario em competições da FPJ. Reembolso nos termos da Lei 9608 de 18/02/1998.

17. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Associação em 14 de junho de 2024.

18. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram outros fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
